

SESSÕES DO PLENÁRIO

14ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de outubro de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão extraordinária com objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.494/2017, de procedência do Poder Executivo. Dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Não há expediente a ser anunciado, não há manifestação de oradores no Pequeno nem no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/Podemos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa)

Não há orador a indicar.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Prisco, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra, por todo o tempo, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, te agradeço; e a todos aqui presentes, volto a falar mais uma vez da violência que se instala em nosso Estado. Na semana passada, no bairro da Liberdade, onde houve mais um toque de recolher, 18 pessoas foram baleadas em um verdadeiro atentado, muito parecido com o que aconteceu nos Estados Unidos. Lá foi como um ato de terrorismo, aqui, simplesmente, nenhuma nota na imprensa, nenhuma providência foi tomada pelo governo do Estado.

A cada dia, estamos vendo o povo baiano sangrando com a Bahia do medo, a Bahia da violência, com números absurdos em todas as áreas. Está em primeiro lugar em feminicídios, em primeiro lugar em morte violenta de crianças, em primeiro lugar em morte de negros, em primeiro lugar, no Brasil, em número de homicídios.

Essa é a Bahia do medo, essa é a Bahia onde a população não pode sair na rua, essa é a Bahia da insegurança pública, total incompetência em toda gestão. Essa é a Bahia que não cumpre ordem judicial. Mais uma vez, mesmo eu ganhando 11 vezes no Poder Judiciário, o governo da Bahia não quer cumprir ordem judicial, essa é a Bahia do medo, da violência, da perseguição ao povo baiano.

As cidades estão tomadas. Em Feira de Santana, como eu citei há pouco, amigo Carlos Geilson, foram quase dez homicídios no último final de semana. Vitória da Conquista já ultrapassou números absurdos em violência. Assaltos a banco no interior virou coisa, assim, banal. Qual é a providência que esse governo está tomando? O efetivo que a corporação tem hoje é um efetivo ínfimo, muito pequeno. O governo fez o concurso, convocou apenas 2.000 policiais, um número ínfimo se comparado à perda do efetivo que a Polícia Militar da Bahia teve nos últimos 4 anos. Foram quase 5.000 policiais que foram para a reserva remunerada, e a reposição foi de apenas 2.000.

O governador prometeu na campanha eleitoral que em 4 anos, exatamente em 4 anos, chegaria a 40.000 policiais. Não está chegando nem a 32.000, quanto mais a 40.000. No último concurso, vigente ainda, mais de 14.000 foram habilitados, e o governo insiste em não convocar mais 2.000 policiais, sabendo da necessidade que o Estado tem de ter segurança pública.

Nós temos o bairro de Cajazeiras, um exemplo grotesco e absurdo da falta de responsabilidade desse governo, são quase 800.000 habitantes para 158 policiais naquele bairro. Na cidade de Feira de Santana, são cerca de 1.300 policiais para 600.000 habitantes. Como é que Cajazeiras vai cobrir 800.000 habitantes com apenas

158 policiais? Lá, como em todos os bairros de Salvador, as facções dominam. Qualquer serviço hoje, público ou privado, para adentrar nos bairros, precisa de autorização do tráfico. No bairro de São Caetano, para qualquer serviço, tem que se pedir autorização: para o carro da Limpurb, para o serviço de iluminação, para o serviço de internet, é a mesma coisa.

Nenhum investimento grandioso tem sido feito para diminuir a violência. Já foram 19 policiais assassinados neste ano, e nenhuma providência foi tomada para combater a morte desses policiais. Nada tem sido feito por esse governo para melhorar a segurança pública na Bahia.

Na educação e na saúde, nem se fala. Estamos vendo os hospitais abarrotados, as regulações lotadas, vários pedidos na regulação, e uma queixa maior: são pessoas idosas. Essas pessoas idosas estão morrendo nas filas da regulação sem praticamente quase nenhum atendimento. Essa é uma reclamação constante que chega em nosso gabinete, principalmente das pessoas idosas, elas falam como têm sido tratadas na regulação do Estado.

Enquanto a violência se alastra em todo o Estado, você não vê melhoria em nenhuma área. Em relação aos servidores públicos, eu não vou cansar de falar sobre o sofrimento que eles têm passado com esse governo, em todas as sessões nós vamos subir aqui e falar que são 3 anos sem reajuste, não me cansarei de falar que são 3 anos sem reajuste salarial. Na campanha, não falaram isso, na campanha não disseram que o nosso salário ficaria abaixo do soldo durante 3 anos.

Nesta Casa, também, o governo nenhum benefício trouxe aos policiais. Aprovou aqui o prêmio por desempenho, todos ficaram alarmados quando a gente disse que os oficiais iriam receber em dobro, agora estão recebendo em dobro, e mais ninguém reclamou. E aqueles que estão na ponta, todos os dias sangrando, trocando tiros lá nas favelas e nos guetos, apenas vão receber uma pequena premiação. Não é isso que os policiais querem.

A população da Bahia não sabe, o auxílio-alimentação que os policiais têm para tirar o serviço de 24 horas é conhecido pela corporação como “vale-coxinha”, apenas R\$ 9,00 de auxílio-alimentação para um serviço de 24 horas. Todos eles chamam de “vale-coxinha”. E depende do lugar em que ele vai comer uma coxinha, porque se for numa loja como Perini, por exemplo, com R\$ 9,00 ele não consegue comprar. Praticamente 8 anos sem reajuste do auxílio-alimentação.

O auxílio-transporte: os policiais pagam para trabalhar. Não tem auxílio-transporte, o Estado até hoje não pagou o auxílio-transporte. A lei, desde 1997 que o Estado não cumpre. É a única categoria de servidor público na Bahia que não tem auxílio-transporte. É a única categoria de trabalhadores que não tem adicional de periculosidade. Ganhamos na Justiça, e o governo recorre para não pagar pela periculosidade.

Esse é o governo da Bahia, nenhum benefício concedido neste ano aos servidores públicos, nenhum projeto aprovado nesta Casa que tenha beneficiado os servidores públicos. Tivemos agora um projeto aprovado nesta Casa, que foi a

isenção de armas. No Rio de Janeiro, o projeto foi aprovado na Assembleia, com 10 dias apenas o governador Pezão sancionou o projeto e beneficiou toda a categoria da Segurança Pública. Aqui o projeto de isenção de armas ainda está na mão do governo, e nenhum avanço.

Já solicitamos, inclusive, ao Líder do Governo que atenda a esse pleito da Segurança Pública, que conceda a isenção de armas aos policiais, aos bombeiros, aos agentes penitenciários, tanto civis como militares, e até agora nenhuma resposta. Já vão se completar 9 meses que o projeto foi aprovado, e até o presente momento nenhuma conversa, nenhum diálogo esse governo está tendo com a categoria dos servidores públicos, só promessa e mais nada.

Num evento recente, mais ou menos anteontem, na cidade de Jequié, mais uma vez o governo prometeu que encaminharia para esta Casa o reajuste salarial dos servidores públicos, mas até o presente momento está na promessa. Já se foram 3 anos na promessa, e ele prometeu mais uma vez, vamos ver se agora vai sair, apesar de todos os servidores já não acreditarem mais nesse governo que simplesmente só promete, e não cumpre.

Está provado lá no Rio de Janeiro que cabe a isenção de armas para os policiais, tanto civis como militares, para os agentes penitenciários, e o governo não teria nenhuma perda na sua arrecadação, se aprovasse. Aliás, a Bahia hoje é o primeiro Estado brasileiro em tributação, 41% do preço de uma arma hoje é de imposto, 41%! No Rio de Janeiro, que era o segundo colocado, são 39%. Nessa semana, o governo sancionou a isenção de armas para os servidores da área de Segurança Pública. E aqui não vemos nenhuma benesse, nada o governo faz para garantir apenas a segurança daquele policial, já que ele não tem condições de comprar sua arma, pelo alto preço que ela é, infelizmente nada disso acontece aqui no Estado.

Esse é o governo que simplesmente trata dessa forma o servidor público, e nada tem feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do Governo ou da Maioria ou o Líder do PSD para indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não há orador. Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Falará, Sr. Presidente, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Sidelvan. (Pausa)

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nesta tarde de votação é importante salientarmos que o governo do Estado da Bahia tem feito propaganda e tem dito que as estradas da Bahia estão todas asfaltadas, estão todas muito bonitas, mas a realidade, deputado Rosemberg Pinto, é que o governador anda de avião, não anda de carro, e por isso mesmo não enfrenta o que nós enfrentamos.

Estive nesta semana, deputado Sandro Régis, na cidade de Serrinha, depois fui a Coité, e, meu amigo, tivemos dois pneus do carro estourados! A BA está completamente esburacada, e o pior: numa cidade onde o prefeito é governo, o vice-prefeito é governo, pasme, deputado Heber, de frente ao hospital municipal não conseguem passar uma ambulância. Você tem que andar o tempo inteiro na contramão para poder pegar um pouco da estrada mais equilibrada.

Ora, senhoras e senhores, a realidade da Bahia é essa. A realidade das estradas baianas é essa. Mas o governador diz que não, que as estradas estão todas boas, que as estradas estão sendo recuperadas, mas é porque o governador, infelizmente, anda de helicóptero, pousa na cidade, vai para outra, pousa na outra, ele não usa as BAs e a BRs como nós, deputados, usamos. Isso é uma vergonha porque o povo baiano, os trabalhadores, o homem que depende da estrada para viver, o motorista, os caminhoneiros estão tendo um prejuízo enorme. Por onde escoar a produção agrícola do nosso Estado, está, deputado Alan, tudo abandonado.

E agora, para piorar, deputado Alan, o governador criou esse famigerado consórcio de saúde, anunciou que vai fazer em Itabuna, anunciou que vai fazer em tal lugar, e criou-se uma cota. Os prefeitos agora não têm mais autonomia para cuidar da saúde dos seus munícipes, eles têm uma cota, pasme, deputado Luciano, eles têm uma cota para poderem dizer: olhe, você só pode fazer tantas cirurgias neste mês, só pode usar tantos Raios X neste mês, isso, aquilo, e os deputados do Governo vêm aqui e anunciam isso como um paraíso, como que a Bahia estivesse sendo salva pelo governo do PT!

Deputado Zé Raimundo, V.Ex^a que é um deputado que pensa, inteligente, certamente está a observar essas coisas, porque a saúde do nosso Estado vai mal, deputado Alan, péssima. A gente, que atende no dia a dia, chega nos hospitais e vê que a pessoa para marcar uma cirurgia leva aproximadamente de 3 a 4 meses. E o governador do Estado anda a anunciar pelos quatro cantos dessa Bahia que está fazendo isso, aquilo e aquilo.

Ora, o que nós temos visto, Sr. Presidente, é apenas um governador que é um assinador de ordens de serviço! Onde ele vai, onde ele pousa com o seu helicóptero, deputado Zé Raimundo, ele assina uma ordem de serviço, mas não diz de onde vem o dinheiro, deputada Ivana, de onde vem o dinheiro...

(A deputada Ivana Bastos fala fora do microfone.)

Não está nem no orçamento! Não está nem no orçamento! Ora, meus amigos e minhas amigas, o povo da Bahia está começando a acordar para isso, deputada Ivana, e infelizmente o que nós temos visto quando andamos é que não é essa a realidade que acontece. Mas eu tenho certeza de que a Bahia terá novos tempos, de que essa Bahia ainda há de respirar novos ares, de que essa Bahia, deputada Fátima, ainda há de ter coisas boas para espalharmos por essa terra.

Eu tenho certeza de que V.Ex^a é uma deputada que anda, que ouve o povo, que anda na feira, que não fica apenas nos gabinetes dos prefeitos nas cidades, V.Ex^a vai à feira tomar café, comer o pastel, comer a tapioca na feira e ouvir o povo, porque quando você ouve o povo, você sabe o que está acontecendo no dia a dia.

Por isso, Sr. Presidente, nós estamos aqui hoje a falar desse assunto, as estradas são uma vergonha. É uma vergonha ter dois deputados numa cidade, Ivana, e ver que a ligação de uma cidade a outra é horrível, o carro teve dois pneus estourados, não foi um, não, foram dois pneus.

(O deputado Rosemberg Pinto fala fora do microfone)

Deputado, V.Ex^a sabe que um prefeito não manda mais do que um governador, isso é uma vergonha. V.Ex^a está dizendo que o governador Rui Costa é fraco, e o prefeito Neto é forte, não é possível, deputado, V.Ex^a é inteligente, sabe que o governador Rui Costa é forte, se ele realmente quiser, ele vai lá falar com o presidente Temer e libera. Mas V.Ex^a vir me dizer que Neto está travando isso, ora, me traga um chá, não é possível que V.Ex^a, um rapaz tão inteligente e sabido como é, pense uma coisa dessa. O que a gente sabe é da incompetência. Talvez o governador não tenha preparado um bom projeto, talvez não tenha os técnicos capacitados para ir lá e buscar recursos, pois é, não tem experiência, mas dizer e colocar a culpa nos outros é muito fácil.

Mas queria também falar de um outro assunto tão importante, que é o centro de convenções da nossa cidade. V.Ex^a chama de cerimonial, mas quando o centro estiver pronto vai ver que o trade turístico da nossa cidade vai melhorar consideravelmente. Outra coisa: o governador teve a chance de fazer o centro de convenções, teve a chance de investir, e não fez por falta de competência, por falta de técnicos capacitados para realizar o projeto e buscar o dinheiro no governo federal para fazê-lo. Mas Neto esteve com a sua equipe técnica, conseguiu montar o projeto e graças a Deus apresentou nesta semana o novo Centro de Convenções de Salvador.

Ivana, V.Ex^a sabe que o governador não estava muito preocupado com o trade turístico do nosso Estado. Eu até conheço o secretário de Turismo, competente, meu amigo José Alves, competentíssimo, mas não foi possível reunir a capacidade técnica, criar um bom projeto para que pudesse realizá-lo, trazê-lo à nossa cidade, que perdia para os outros Estados, perdia para o Rio Grande do Norte, perdia para Sergipe. Imagine, os grandes simpósios sendo perdidos para uma cidade tão pequena aqui do lado.

Então, agora, com certeza, Salvador vai ter os grandes eventos que sempre teve, e nós vamos ter uma cidade movimentada.

Sr. Presidente, era esse o assunto que eu queria tratar nesta tarde, agradeço a V.Ex^a pelo tempo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PSL/PROS para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, da Maioria ou do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Heber Santana:- Por todo o tempo, Sr. Presidente, falará o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra por 11 minutos o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Deputados e deputadas aqui presentes, está bonita essa frente, essa galeria das mulheres aqui no Plenário, fica bacana mesmo.

Sr. Presidente, bom vê-lo aqui, retornando, dirigindo os trabalhos desta Casa. Bem, Fátima, minha amiga, me ouviu, tirou aquela armadura vermelha da qual eu disse: “Não fique de vermelho porque eu fico com raiva quando eu olho para baixo e a veio de vermelho”. Está de amarelo.

(A deputada Fátima Nunes fala fora dos microfones.)

Não, a senhora está de preto e vermelho, é flamenguista.

Na verdade, gente, eu ouvi aqui os discursos calorosos, ontem e hoje, do deputado Zé Neto, e não tem como não retrucar quando a gente observa que, na verdade, ele tinha uma boa intenção, mas o discurso que era para ser verdade não é. Eu discordo completamente. Deputado Zé Neto sabe do apreço que eu tenho por ele, mas discordo completamente quando V.Ex^a vem dizer que a saúde vai de vento em popa. Eu quero que procure um cidadão nesta Bahia que diga que está satisfeito com a saúde no Estado.

Quando a gente pegou... vamos retornar 2 semanas atrás, vou lembrar do deputado Adolfo Viana, que estava aqui nesta tribuna denunciando o descalabro do fechamento do Hospital de Juazeiro, que já vinha de muleta, o hospital já estava de muleta. Mas quando não recebe da Sesab o que foi contratado, o que acontece? Não tem saúde financeira para manter aquele hospital atendendo, em pleno funcionamento. Aí, passou. Eu cheguei aqui na semana passada, subi à tribuna e disse que não era possível que a Pró-Saúde, que é a gestora escolhida pela Sesab para o único hospital de Mairi, fosse fechar as portas. E fechou, com 4 meses de salários atrasados dos médicos; e dos funcionários e técnicos de enfermagem, 3 meses de salários atrasados.

Só que 2 dias depois, o dinheiro apareceu, e pagaram 2 meses de salários dos funcionários. É brincadeira, não é? Ou seja, foi preciso que a gente – eu, como deputado, e os vereadores de Mairi – chegasse para denunciar, para chamar a atenção da sociedade para uma coisa que é de direito, deputada Fabíola, direito do médico, direito do técnico de enfermagem, da enfermeira, dos funcionários, que não recebem seus salários. Imaginem como é ficar 4 meses sem receber.

Eu falei do Hospital de Juazeiro, deputado Zé Neto, e você falou: “Está bem!” Está bem mal, a saúde vai bem mal. Eu falei do Hospital de Mairi, aí pronto: “Não tem mais o que falar”. Mentira. O Hospital de Itaparica, aqui do lado, fechou também por falta de pagamento, e o deputado Zé Neto tem coragem de vir à tribuna e dizer que a saúde vai bem. Eu não sei o que é “a saúde vai bem” quando você não paga o contratado. Você não está querendo ampliar o serviço, não. Você não paga o que existe, o serviço que existe, você não paga. E quer dizer que a saúde vai bem.

Nós estivemos em visita ao Hospital da Mulher. Lindo, maravilhoso. A maldade do governador Rui Costa foi tamanha com Salvador que ele fechou uma UPA que existia para dar atendimento ali na Península Itapagipana, no Subúrbio e para quem a procurasse. Ele fechou aquela UPA, pegou esse recurso e transferiu para a companheira dele, Moema, em Lauro de Freitas. Um recurso que já estava aplicado em Salvador, ele passou para a companheira de Lauro de Freitas. Hoje, visitando o local, você vai ver que o espaço que era a UPA está fechado, não tem mobiliário, não funciona, um espaço que... Se ele não consegue executar, porque a sua gestão é fraca, que passasse, fizesse um convênio com a Prefeitura Municipal, que precisa de um espaço bacana daquele, um espaço preparado. Mas, não, a maldade com Salvador é muito grande, porque, pela manhã, à tarde e à noite, quando vai dormir, ele só pensa em ACM Neto. Acho que quando ele vai tomar o café, ele diz: “Deixa eu ler o jornal para ver o que foi que ACM Neto fez hoje”.

Aí, ele chegou...

A Sra. Luiza Maia:- É correria...

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) É correria pra trás, porque a correria do... Imagine! A deputada Luiza Maia está aqui: “O homem é correria”. Correria pra trás! O Centro de Convenções... gente, botem as mãos na consciência, V.Ex^{as}, o homem, o “Correria pra Trás”, chegou colocando R\$ 50 milhões no Centro de Convenções, eu não estou falando de R\$ 5, nem de R\$ 10, nem de R\$ 500 mil, estou falando de R\$ 50 milhões para reformar, e ele deixou cair, deputada Luiza Maia! Foi para o ralo esse dinheiro, deputada! E V.Ex^a tem coragem de falar que o homem é correria? É correria pra trás, mesmo, esse rapaz.

Aí, chega o ACM Neto...

O Sr. Heber Santana:- Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES:- Vou inscrever V.Ex^a, só para terminar esse raciocínio.

(...) O que é que acontece: o ACM Neto, que não tinha a obrigação de fazer, chega quietinho e diz: “Eu não deixarei o ‘Correria pra Trás’ estragar a nossa cidade, estragar o nosso Estado. Eu farei, sim, o centro de convenções.”

Ele levantou o projeto, fez o estudo de viabilidade, fez o estudo de viabilidade econômica, colocou no Orçamento, diferente do “Correria pra Trás”, que não tem orçamento para nada, e anuncia. V.Ex^{as} sabem que ele só faz anunciar, e a coisa não sai do papel. Visita o município de V.Ex^{as}, diz que vai fazer, quando o prefeito vai cobrar, não acha mais, com aquela assessoria lá, não acha. Ele não tem porque não libera, ele não tem dinheiro, ele não soube fazer o dever de casa, mas só pensa agora em ACM Neto.

Chegou a dizer, com despeito, com dor de cotovelo,... ele deve estar com uma bursite olecraniana, dor de cotovelo, porque o Neto, melhor prefeito da capital, anunciou que o que ele não fez, deputada Luiza Maia, Neto fez.

Lembre-se da campanha: “Neto foi lá e fez, Neto vai lá e faz”. Foi o que aconteceu: a incompetência, a vagareza, a falta de compromisso do governo do Estado fizeram com que alguém assumisse a responsabilidade. Quem foi que assumiu? ACM Neto. Chegou: “Jogue a bola pra mim, que sei jogar”. Matou no peito, organizou e disse: “A Bahia terá o melhor centro de convenções de todos os tempos”, porque o prejuízo financeiro, o prejuízo econômico, o prejuízo de desenvolvimento que a falta, a inércia, do “Rui Correria pra Trás” fez foi muito grande.

Mas eu queria, aqui, interromper para dar um aparte ao nobre colega e futuro deputado federal Heber Santana.

O Sr. Heber Santana:-Eu quero, deputado Alan, concordar com o que foi dito, ou seja, que o governador Rui Costa é correria. Ele corre, mas corre do povo, corre quando você fala da Ponte Salvador-Itaparica, corre quando você fala do servidor, corre quando você fala de assumir responsabilidades. Mas tem uma coisa da qual ele não precisa mais correr – e V.Ex^a está sendo muito feliz ao descrever isso –, que é a preocupação com o centro de convenções. Esse problema, o nosso prefeito ACM Neto, futuro governador da Bahia, já resolveu.

O Sr. ALAN SANCHES:- Obrigado, Heber. Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Eu queria chamar a atenção de V.Ex^{as} para um panfleto que nos foi dado na nossa visita ao Hospital da Mulher. Vou ainda dissecá-lo aqui e trazer especificamente para V.Ex^{as} verem o que é realidade e o que é mentira. Eu vou desmascarar os dados que o Hospital da Mulher passou.

V.Ex^{as} vão ver depois, eu vou passar para o gabinete de cada um, que eles colocam assim: “Cirurgias - até agosto...” – vejam aí como é o negócio, porque a estatística depende de quem faz, deputada Fabíola, que é médica, excelente oftalmologista por sinal – “(...) até agosto, 4.979...” Mas a média mensal, eu falei “até agosto”, foi de 4 mil, 900 e tantas cirurgias, o incrível é que coloca 803 como média mensal a

partir de agosto. Primeiro, ele coloca o grupão, até agosto, mas, na média mensal que vai tirar, aí coloca a partir de agosto.

Por que isso? Porque eu fiz uma solicitação na Comissão de Saúde, deputada Fabíola, a senhora estava lá, através de um ofício que até hoje não foi respondido, perguntando quantas cirurgias – que estavam apresentadas aí com tanta pompa – foram realizadas em fevereiro. V.Ex^a não sabe; o deputado Angelo, da mesma forma.

Mas eu vou dissecar, eu já tenho um encontro amanhã justamente para dissecar, e vou trazer, detalhadamente, para desmascarar esses dados mentirosos, como é o governo do Estado, um governo de mentira, de enganação.

O governo do Estado começou agora a anunciar o anúncio. Agora anunciou, deputado Sandro, o anúncio da Estrada 026, que vai de Santo Antônio para Amargosa, pegando Elísio Medrado e Varzedo. Escute: ele anunciou agora que em dezembro vai anunciar a licitação dessa estrada. Falta tanta coisa, que agora ele está anunciando o anúncio!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 22.494/2017.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Hildécio Meireles. (Pausa) Designo o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Heber Santana:- Questão de ordem, Sr. Presidente. É agora o momento que cabe a questão de ordem ou é depois da leitura?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- É depois da leitura, deputado, porque não foi à votação ainda.

O Sr. Heber Santana:- Perfeito, perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- O deputado Luciano Ribeiro vai dá o parecer de votação.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 22.494/2017, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS’.”*

Encaminha, o Poder Executivo, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei tendo como propósito ‘o fim de litígios tributários relativos a débitos de ICMS, prevenindo o ajuizamento, bem como reduzindo o acervo de processos atualmente em tramitação na esfera administrativa e judicial, através da concessão do benefício de redução de multas e acréscimos moratórios, favorecendo, assim, a regularização da situação fiscal dos contribuintes do Estado’, segundo expressa a Mensagem do Exmº Sr. Governador do Estado.

De acordo com o art. 2º da proposição, a transação poderá ser celebrada até o dia 22 de dezembro de 2017 e resultará na redução, pelo Estado, da multa por infração e dos acréscimos moratórios, nos percentuais de:

I - 70% na hipótese de pagamento em parcela única até o dia 22/12/2017;

II - 50% quando o pagamento ocorrer em até 12 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira sendo paga até o dia 22/12/2017 e as seguintes até o dia 22 de cada mês subsequente (cada parcela não poderá ter valor inferior a R\$ 1.000,00).

Também haverá redução, da ordem de 50%, nos honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária transacionada, incidindo sobre o valor do acordo celebrado.

Trata-se de medida de grande interesse para a Administração Estadual, bem como para os contribuintes do ICMS em situação de inadimplência, os quais poderão ter sua situação regularizada beneficiando-se da redução das multas e acréscimos moratórios.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, e tendo em conta também a inexistência de qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2017.

Deputado Luciano Ribeiro

Relator”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em votação...

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, eu queria uma verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria pedir a todos os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, porque nós vamos votar o projeto do Refis, do ICMS, cujo relator é o deputado Luciano Ribeiro, e nós precisamos do quórum de votação de 32 parlamentares, além do quórum nas Comissões.

Então, eu queria conclamar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes neste momento. Queria pedir ao deputado e presidente desta sessão, meu querido amigo Sandro Régis, que faça soar as campainhas, convoque nominalmente os deputados, para que a gente possa votar esse projeto.

Esse projeto é de uma importância muito significativa para o empresariado da Bahia, principalmente para o pequeno e médio empresário que, por conta desse último ano de gestão federal, acabaram endividando-se, inclusive nos estados. Por isso, é importante que votemos esse projeto hoje aqui. Esse projeto já foi motivo de pedido de vistas na semana passada.

Então, eu queria aproveitar para convocar todos os deputados e deputadas para que a gente possa votar rapidamente no âmbito das Comissões e, depois, votar no Plenário da Casa, meu querido presidente. Quero pedir, mais uma vez, que V.Ex^a marque o tempo regimental de 25 minutos e chame todos os deputados e deputadas que estão fora desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Marque o tempo de 15 minutos.

Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum no âmbito das Comissões.

Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

Há quórum.

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público).

Há quórum de votação.

Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho).

Há quórum de votação.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle).

Há quórum nas comissões.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Para discutir o Projeto nº 22.494/2017, com a palavra o deputado Hildécio Meireles por até 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, temos aqui a apreciação do Projeto de Lei nº 22.494/2017, que dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

A rigor, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, esse projeto de lei trata de um parcelamento de débitos. Algo, que eu diria, corriqueiro na administração tributária. Eu posso adiantar para V.Ex^{as} que, em uma reunião de bancada hoje pela manhã, até contribuí para que a nossa bancada vote a favor desse projeto de lei. Por dois motivos muito simples, deputado Bira Corôa: primeiro, porque o parcelamento de débitos vai facilitar a vida dos empresários – do grande, pequeno, médio e microempresários –, e isso certamente vai aquecer a economia, gerar emprego, renda.

Mas também, por outro lado, numa reflexão profunda, meu caro deputado Antônio Henrique, eu pude perceber o seguinte: nós estamos a cerca de 2 meses para findar o exercício de 2017. Percebi, detectei neste projeto de lei, que o governo se antecipa, meu caro deputado Heber Santana, em parcelar débitos de fatos geradores de até junho de 2017. Uma coisa inédita! Normalmente, a administração tributária parcela débito dando, inclusive, benefícios consideráveis referentes a débitos muito atrasados.

E neste pedido de transação de débitos, o governo da Bahia – e eu entendo que nem cabe na forma constitucional, mas não vou discutir esse mérito – está parcelando débito recente. E o que é que a gente pode detectar disso? Isso aqui é uma prova do quadro real das finanças do governo do Estado. O governo está precisando de dinheiro, meu caro deputado Alan Sanches, pra fazer caixa, pagar 13º de funcionário, conseguir pagar a folha do final de ano em dia. E, claro e evidente, tudo isso aqui nos sensibiliza para que votemos a favor deste projeto.

Quero registrar, meu nobre deputado Heber, a situação financeira crítica na qual se encontra o governo da Bahia. Aquela demonstração que o secretário da Fazenda vem fazer aqui na Comissão de Finanças e Orçamento, eventualmente, a cada quadrimestre, é, como falei para ele, o secretário, apenas um raio X. Se a gente fizesse uma ressonância magnética das contas do governo, iria comprovar que a situação não é tão confortável como o secretário da Fazenda costuma afirmar. Portanto, isso nos preocupa, o governo está começando a ter problemas de caixa para pagar 13º.

Mas, feita essa análise do projeto de lei, ao qual, repito, defendo que a gente vote favoravelmente pelos motivos que aqui discorri, quero também, meu caro deputado Alan Sanches, fazer um contraponto ao que o deputado Zé Neto mais cedo aqui colocou. O deputado defendeu as ações do governo do Estado no que se refere à saúde pública. Se não me engano, um colega, o deputado Zé Raimundo, falou de várias ações do governo nessa área, inclusive citando os valores gastos. Citando-os!

Eu me recordo que ele falou sobre investimentos de R\$ 40 milhões aqui, R\$ 30 milhões ali, R\$ 90 milhões acolá. Mas vejam, vejam como os próprios deputados da Base terminam se contradizendo! Terminam se contradizendo! O volume de investimentos que comprovamos pelas contas do governo diz que, para a Secretaria da Saúde, foram investidos apenas R\$ 127 milhões, o que comprova a necessidade de que a Bahia, o governo baiano... A população baiana ainda carece no que diz respeito à saúde pública, à deficiência desse sistema no Estado da Bahia. A bem da verdade, ao contrário – ao contrário! –, 1 bilhão e 648 milhões de reais foi o total de investimentos do governo da Bahia, sendo que mais de 70% desse valor, deputado Rosemberg, são recursos de origem do Orçamento da União, inclusive repassados de forma voluntária pelo governo federal. Mas na saúde foi investido apenas aquele montante de R\$ 127 milhões, o que corresponde a cerca de 7% apenas daquele valor.

Pois bem, para encerrar, presidente, quero reafirmar o nosso voto favorável a esse projeto de lei, sobretudo pelo aperto orçamentário e financeiro que o governo estadual está passando. E nós precisamos, deputada Fabíola Mansur, garantir – garantir! – o pagamento da folha de dezembro e do 13º dos funcionários públicos do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Pausa)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Com a palavra o deputado Heber Santana por até 20 minutos. (Pausa)

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas que nos assistem através da *TV Assembleia*, nós estamos aqui mais uma vez nesta tarde e percebemos o empenho dos deputados da Base do Governo para votar mais uma vez um projeto que é do interesse dele. É pena que em outras matérias que são de interesse do Estado não vemos o mesmo empenho, a mesma dedicação, não vemos esta Casa trabalhando desta mesma maneira.

Mas já foi dito aqui que esse governo se apresenta como o governo das falsas promessas, do engodo, da mentira. Tenta a todo custo enganar a população criando falsas expectativas e repetindo o maior crime que o PT cometeu durante seus governos com Lula e Dilma: o crime de tirar a esperança do povo brasileiro.

Isso justamente por toda a expectativa histórica que o Partido dos Trabalhadores trazia na sua busca pela ascensão ao poder, de que seria um governo, de fato, justo, voltado para a melhoria da qualidade de vida da população, um governo que prezaria pela honestidade, pela correção e que traria também uma expectativa de plano de nação. Tudo isso caiu por terra com aqueles governos, e a gente observa que toda essa expectativa, deputado Alan Sanches, de votar o Refis, é, como bem disse o deputado Hildécio, um reflexo dessa mentira que não se sustenta. Já dizia o ditado popular: a mentira tem perna curta, e por mais que se tente sustentá-la, ela não consegue ficar de pé, principalmente quanto maior for a mentira. E esse governo é uma grande mentira, deputado Alan Sanches.

Sobre o projeto do Refis, o discurso a favor do empresário é um discurso que nós sempre temos, entendendo não como benefício, mas entendendo que a classe empresarial é uma classe que, com seu trabalho, com seu suor, com suas ideias, com a sua liberdade criativa que deve ocorrer, gera emprego e renda, deputado Fábio. As pequenas e médias empresas do Brasil, então, são as grandes responsáveis por isso.

Neste período de crise, vemos com bons olhos o aumento do número de pequenos negócios como uma solução criativa para enfrentar o momento de dificuldade, ainda que, como bem disse o deputado Hildécio, o projeto em si não tenha, talvez, a formatação adequada. Além disso, pode ser feito algo que venha trazer uma compensação para essa classe geradora de emprego e renda neste momento que estamos vivendo.

Mas não podemos deixar de refletir que precisamos, por parte do governo do Estado, de uma gestão mais eficiente, de uma gestão que preserve os princípios modernos da gestão pública, especialmente no que diz respeito à necessidade de ajuste fiscal, de reorganização da máquina pública, enxugamento da máquina pública, de uma organização orçamentária permitindo que haja mais investimentos, até para que não aconteça com a Bahia o que está acontecendo com o Brasil.

Ora, nós estamos, alguns anos depois, passando exatamente pelo que o Brasil está passando também. O governo do PT criou toda uma falsidade, todo um clima de

otimismo em cima de uma base que não existia. E hoje o que nós enfrentamos é fruto do desgoverno, é fruto da falta de planejamento por parte do Sr. Lula e da Srª Dilma.

É isso que nós queremos para nossa Bahia? É isso que queremos? Viver mais uma vez nesse engodo, nessa mentira de que o governo está bem, quando não está? E por isso a necessidade, inclusive, de fazer o Refis incluindo, como bem disse o deputado Hildécio Meireles, até as dívidas recentes, numa desesperada tentativa de fazer caixa para conseguir, de maneira mínima, chegar ao final deste ano e ao final deste governo.

É isso que precisa ficar claro. É isso que queremos para a Bahia? O mesmo destino que o Brasil está enfrentando? De uma falsa aparência de sucesso? Claro que não. E essa reflexão nós devemos fazer mesmo votando a favor do projeto. Nós devemos chamar a atenção desta Casa, devemos chamar a atenção da população para refletir sobre isso e reencontrar o seu caminho.

Digo isso para além da minha expectativa de que o próximo governador do nosso Estado será ACM Neto. Digo isso por uma necessidade que nós temos, enquanto população, de passar a tomar decisões políticas não mais pela emoção, não mais pelo oportunismo, mas pela razão, pelo projeto, por um projeto que apresente um rumo para a nossa Nação e para o nosso Estado. Precisamos fugir do discurso demagogo, porque recentemente nas discussões, no governo federal, para tomar tal atitude sobre o Refis, o que a gente percebia do Partido dos Trabalhadores era uma posição completamente contrária. Lá o Refis não serve para nada e aqui repercute da mesma maneira, mas quando traz para cá, a realidade muda e a demagogia passa a ficar latente.

Portanto, Sr. Presidente, este momento é, sem dúvida, um momento de reflexão para deixar claro que a situação do governo do Estado não é boa, é uma mentira, como as promessas que são feitas por esse governo também são mentirosas. É o momento para deixar claro que a demagogia nos discursos deste governo do governador Rui Costa critica ações lá, mas as faz aqui. E deixar claro que nós precisamos, para qualquer movimento partidário, algo superior a isso, construir um projeto para nosso Estado que nos dê perspectiva de futuro.

Quando eu elogiei, aqui, o prefeito ACM Neto pela solução encontrada para o Centro de Convenções, eu coloquei justamente isso: que, de onde, talvez, não se imaginasse, ele conseguiu tirar uma solução criativa que resolve o problema de um prejuízo de R\$ 200 milhões. É isso que nós esperamos de um governador, é isso que nós esperamos de um líder, que não fique apontando o dedo para o outro, dizendo que não consegue dinheiro porque o outro não deixa. Porque se fosse assim, o prefeito ACM Neto não faria nada pela cidade, porque se ele fosse lamentar, culpar o que o governo Dilma fez, o que o governo do Estado fez ao não repassar nada para ele, ele não teria realizado nada. Mas um líder competente, engajado, envolvido com a busca das soluções em favor do seu povo não reclama, e sim busca essas soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Para encaminhar a votação, o deputado Heber Santana.

O Sr. HEBER SANTANA:- Sr. Presidente, como eu disse anteriormente, com as devidas críticas à postura deste governo e até mesmo, de certa forma, à abrangência que foi atribuída à lei, mas, entendendo para além das posições político-partidárias – nós temos homens e mulheres neste Estado, sejam empresários, trabalhadores que estão em busca de oportunidade, sejam servidores que precisam que o governo arrecade recursos para que o seu salário seja pago –, por essas questões, nós nos posicionamos e encaminhamos o projeto, Sr. Presidente, para que a Bancada da Oposição possa votar a favor.

O Sr. Soldado Prisco:- Presidente, peço verificação de quórum para a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Há um pedido de verificação de quórum de votação. Contando daqui de cima, vejo mais de 32 deputados.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pois é, Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos para que a gente possa atender a esse clamor dos deputados que não querem votar o projeto que ajuda as empresas baianas.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Marquem 25 minutos, o tempo regimental para ter quórum de votação.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, só uma questão de raciocínio: se a Oposição vai votar “sim”, vai votar “não” na presença?

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não tem nada a ver uma coisa com a outra, uma coisa é votação, outra coisa você tem em número.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Srs. Deputados, vamos dar a presença, vamos dar a presença para que a gente...

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, pela ordem.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu peço que compareçam ao Plenário e deem frequência para que possamos rapidamente dar esse passo importante para o comércio, para a indústria e para o setor produtivo do Estado.

Eu acho que essas coisas da política... Nós fizemos o acordo de que não haveria nenhuma obstrução, um ou dois deputados da Oposição falaram, mas deixa na conta, está tranquilo, não houve obstrução mais severa, e vamos lá. Acho que o gesto da Oposição em votar a favor reconhece também que é uma situação difícil. Claro que se faz o discurso, mas, em verdade, o que há é uma dificuldade grande no setor produtivo, deputado Luciano, V.Ex^a que foi o relator. O setor produtivo pediu, e nós estamos atendendo para que, em 12 vezes, seja feito o pagamento desses débitos com o governo, o que vai facilitar, e muito, principalmente no que tange aos financiamentos, às certidões que são necessárias para novos empreendimentos.

Então, o setor produtivo nos solicitou, e há um esforço do governo para atender. É claro, a Oposição vai votar a favor, faz o discurso da política, mas está

tudo em paz, está tudo certo. Faltam dois deputados, peço que eles deem a frequência para que nós possamos votar hoje, sob a batuta do nosso querido presidente em exercício, o deputado Luiz Augusto. Hoje ele está em exercício como presidente da Casa, quero saudá-lo, esse querido amigo que vai ficar como presidente da Casa por alguns dias.

Eu peço a Prisco que marque.

Prisco já marcou? Falta apenas um, a deputada Fátima Nunes, que está chegando. Já deu presença? Falta quem dar frequência aí, por favor?

(Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Fátima Nunes não deu presença, não.

O Sr. Zé Neto:- Alcançado o quórum regimental para votação, peço a V.Ex^a que encaminhe, que proceda à...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Pronto, já deu o quórum de votação.

Em votação o projeto...

(Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, segue em frente...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- É votação, já tem quórum de votação reestabelecido.

O Sr. Zé Neto:- Já está em votação, gente.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Já está em votação. Já deu o quórum de votação, agora está em votação.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Fale, Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Eu gostaria de ressaltar o senso de responsabilidade da Bancada da Oposição aqui nesta Casa, que reconheceu a necessidade de caixa do governo do Estado para garantir o pagamento do salário de dezembro do funcionalismo público e do 13º salário, diferentemente...

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Hildécio Meireles:- (...) Presidente...

(Vários deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. Zé Neto:- Em votação...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Em votação...

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, eu não terminei, o meu tempo está lá, presidente, deixe eu terminar. O Líder da Bancada do Governo me... Presidente, preste atenção.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- V.Ex^a parou de falar, eu pensei que tivesse terminado...

O Sr. Hildécio Meireles:- Eu quero ressaltar, como falei aqui, o senso de responsabilidade da nossa Bancada, que agiu diferentemente, prestem atenção, do que será orientado à Bancada na Câmara Municipal de Salvador. Na Câmara, se o prefeito precisar de um Refis, vão orientá-la a votar contra, diferentemente do nosso senso de responsabilidade,...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Nós vamos ajudar vocês lá.

O Sr. Hildécio Meireles:-(...) que admite e quer que o governo consiga fechar o ano pagando em dia a sua folha e garantido o pagamento de 13º de funcionário.

Muito obrigado. A gente orienta pelo voto a favor.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Joseildo Ramos, o último.

O Sr. Joseildo Ramos:- É o seguinte: que a Bancada assuma a responsabilidade, vote e deixe de ilações, são ilações. Se não quiser votar, não vote, pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Em votação o Projeto de Lei nº 22.494/2017, do Poder Executivo...

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Senão, vai começar tudo de novo.

O Sr. Sandro Régis:- Eu quero aqui só registrar...

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Sim, registre. V.Ex^a é o último.

O Sr. Sandro Régis:- (...) a falta de educação do deputado Joseildo Ramos com a Bancada da Oposição. A Bancada da Oposição, que nesta noite faz gestos, tinha dez deputados inscritos, retiramos as inscrições para o projeto ser votado, e o deputado Joseildo Ramos foi de uma falta de educação do tamanho da sua terra!

É o registro da Bancada da Oposição ao Líder do PT na Assembleia Legislativa da Bahia!

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 22.494/2017

Dispõe sobre a transação de créditos tributários do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Estado, com base no art. 171 do Código Tributário Nacional, instituído pela Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, fica autorizado a celebrar transação para extinção de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, referentes a fatos geradores ocorridos até 30.06.2017, nos termos desta Lei.

Art. 2º - A transação poderá ser celebrada até 22.12.2017 e resultará em concessão, por parte do Estado, de redução da multa por infração e dos acréscimos moratórios nos seguintes percentuais:

I - 70% (setenta por cento), na hipótese de pagamento em parcela única até o dia 22.12.2017;

II - 50% (cinquenta por cento), na hipótese do pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da parcela inicial até o dia 22.12.2017 e as seguintes até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês subsequente ao do pagamento da parcela inicial.

Art. 3º - O pagamento do débito tributário transacionado somente será admitido em moeda corrente.

§ 1º - Tratando-se de pagamento parcelado, o devedor fica obrigado a apresentar confirmação da autorização para débito em conta corrente junto à instituição bancária.

§ 2º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$1.000,00 (um mil reais).

§ 3º - Sobre os valores das parcelas previstas nesta Lei, haverá incidência da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

§ 4º - O atraso no pagamento de qualquer parcela por prazo superior a 60 (sessenta) dias implicará na rescisão do parcelamento e exigibilidade imediata da totalidade do débito, com restabelecimento da multa e dos acréscimos legais sobre o total original do crédito tributário, abatidos os valores pagos pelo devedor.

Art. 4º - O percentual dos honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária transacionada, nos termos desta Lei, fica reduzido em 50% (cinquenta por cento) e incidirá sobre o valor do acordo celebrado.

Art. 5º - São competentes para celebrar a transação nos termos desta Lei:

I - os Procuradores do Estado, tratando-se de créditos tributários inscritos em dívida ativa;

II - os Inspectores Fazendários, tratando-se de créditos tributários não inscritos em dívida ativa.

Art. 6º - A transação celebrada nos termos desta Lei implica, por parte do devedor, em confissão irretratável da dívida, bem como na renúncia ou desistência de qualquer ação ou recurso.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Luiz Augusto):- Não havendo mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.